

CAPA

+

# A FÓRMULA DA EQUIDADE



+

+

+

+

+



## Ações afirmativas ampliam a presença de negros nos cursos de graduação mais concorridos do país, mas impacto no mercado de trabalho ainda é inexpressivo

Christina Queiroz | ILUSTRAÇÕES Luana Vitra

**E**m um processo iniciado há cerca de duas décadas, a adoção de políticas afirmativas para pessoas pretas, pardas e indígenas resultou na expansão da diversidade em instituições de ensino superior, especialmente nos cursos mais concorridos, como engenharia e medicina, e entre universidades do Sul do país. No entanto, a despeito dos avanços registrados na graduação e pós-graduação, a presença de negros no funcionalismo público e na iniciativa privada segue baixa. Cargos de chefia e com melhores salários continuam sendo ocupados majoritariamente por homens brancos.

Desenvolvido pelas universidades de Cambridge e Manchester entre 2017 e 2018, com financiamento do Economic and Social Research Council (ESRC) do Reino Unido, o projeto “Antirracismo na América Latina numa era pós-racial” identificou que a implementação de ações afirmativas, a elaboração de leis que criminalizam o racismo e a

realização de campanhas de conscientização são diretrizes comuns adotadas em países latino-americanos desde meados dos anos 2000. No Brasil, onde pretos e pardos correspondem a 56,2% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as universidades estaduais do Rio de Janeiro (Uerj), da Bahia (Uneb), do Norte Fluminense (Uenf) e o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (Uezo) foram, no início dos anos 2000, as primeiras instituições públicas a adotar cotas raciais em seus vestibulares. Em 2004, foi a vez das universidades de Brasília (UnB) e Federal da Bahia (UFBA).

Em 2012, a Lei Federal nº 12.711 estabeleceu que 50% das matrículas de institutos e universidades federais devem ser destinadas a estudantes de escolas públicas. Metade dessas vagas é reservada a jovens com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*. A outra metade destina-se aos demais alunos, com renda familiar superior a esse patamar. Em cada categoria de renda, a instituição deve reservar vagas para pretos, pardos e indígenas de acordo com a pro-

porção desse grupo na população estadual. Isso significa que a soma de pretos, pardos e indígenas na universidade deve ser equivalente à soma total desse grupo na unidade federativa. “Ao considerar tanto questões raciais quanto de renda, essa modalidade de ação afirmativa beneficia toda a sociedade e não somente a população negra, na medida em que também se dirige a estudantes brancos egressos da escola pública, mas não inclui alunos negros provenientes de instituições particulares que, supostamente, tiveram acesso a uma melhor formação, se comparados aos jovens da educação pública”, informa o economista Hélio Santos, presidente da Oxfam Brasil.

Como reflexo da adoção dessas políticas, considerando apenas instituições públicas, em 2018 estudantes pretos e pardos totalizaram 50,3% das matrículas, de acordo com o IBGE. “Com a previsão de ser reformulada em 2022, conforme estabelece seu sétimo artigo, a lei federal deve passar a ter mecanismos que permitam acompanhar a trajetória acadêmica e profissional do aluno, incluindo dados sobre a conclusão ou abandono do curso, entrada no mercado de trabalho e patamar salarial”, observa Santos, que em 1984 fundou e dirigiu o Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, um dos primeiros órgãos do país a propor, articular e monitorar políticas para a equidade racial.

Com a proposta de medir o impacto da adoção de cotas nas universidades federais brasileiras, desde 2018 o sociólogo da educação Adriano Souza Senkevics, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), elabora em parceria com a economista Ursula Mattioli Mello, da Barcelona School of Economics, na Espanha, pesquisa para analisar a mudança no perfil dos

estudantes de graduação. Cruzando dados do Censo da Educação Superior e do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), eles compararam características de quem ingressou entre 2012 e 2016, considerando critérios como procedência escolar, autodeclaração de cor e raça e renda domiciliar *per capita*. Apesar de reconhecer que a ampliação de vagas nas universidades, ocorrida a partir da década de 1990, o estabelecimento de instituições de ensino superior no interior do país e o aumento da oferta de cursos em período noturno também influenciaram mudanças

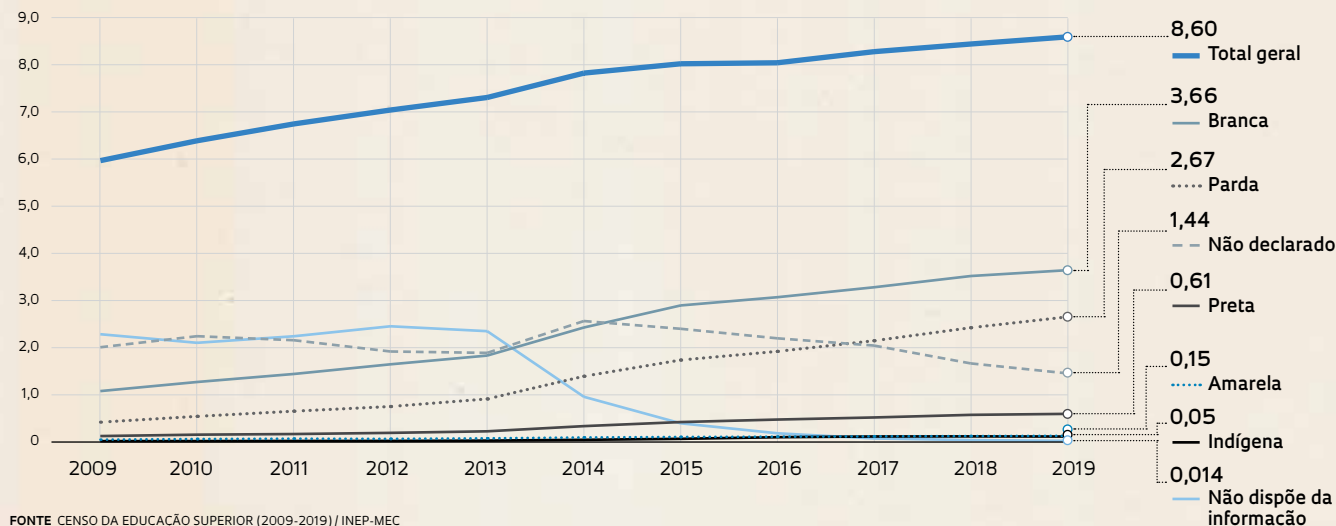
no perfil do alunato, Senkevics e Mello sustentam que, sozinha, a política de cotas foi responsável por mais de 50% do aumento da presença de negros e indígenas no ensino superior do país.

Artigo publicado em 2019 com resultados parciais da pesquisa mostra que, entre 2012 e 2016, as principais mudanças ocorreram nas universidades federais do Ceará (UFC), Santa Catarina (UFSC), Minas Gerais (UFMG), Rio de Janeiro (UFRJ), Paraná (UFPR) e na UnB, e em cursos cujas vagas são mais disputadas, como medicina, direito e engenharias. “Essas instituições e cursos foram altamente transformados por causa da lei de cotas”, diz Senkevics. Ao destacar que a região Sul do país foi a que identificou o maior aumento

**ESTUDOS INDICAM QUE A DIFERENÇA DE DESEMPENHO ACADÊMICO ENTRE COTISTAS E ALUNOS QUE INGRESSARAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PELA AMPLA CONCORRÊNCIA É PEQUENA OU INEXISTENTE**

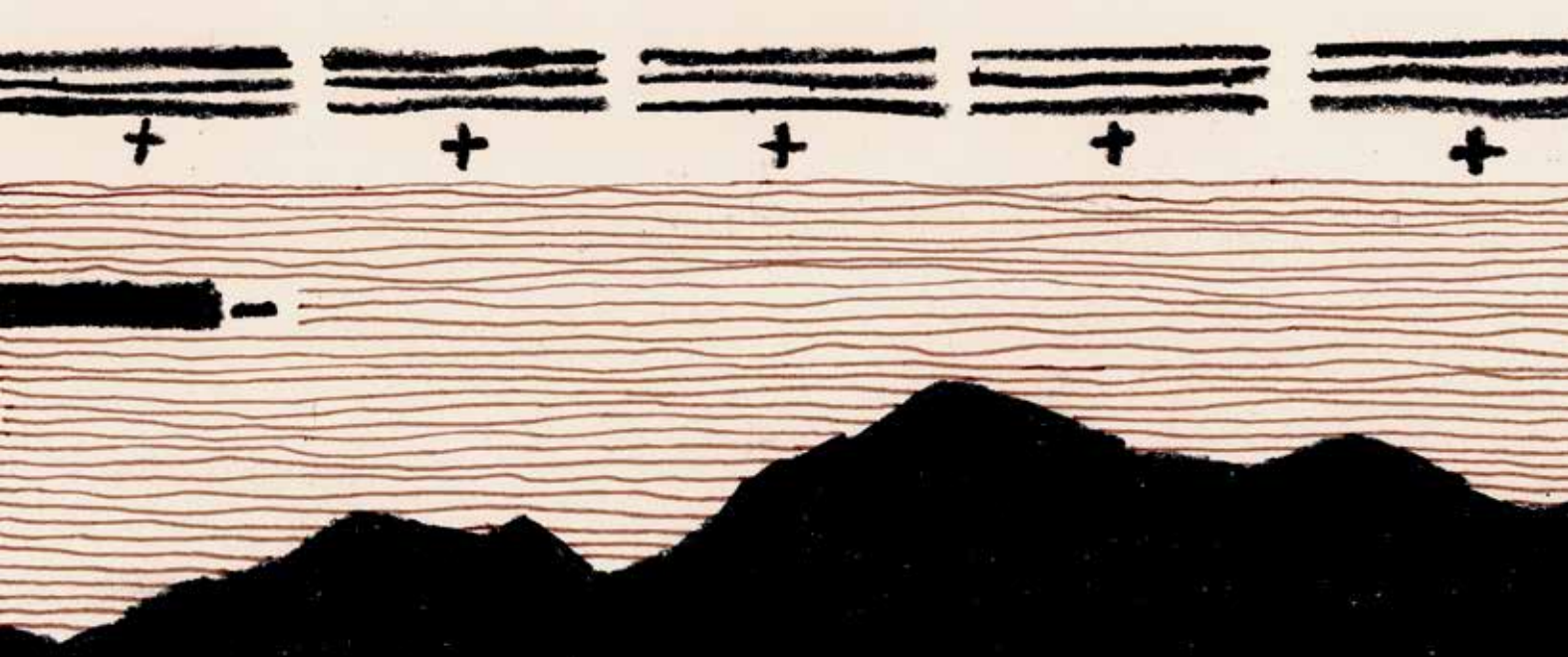
## PRESENÇA NA GRADUAÇÃO

Matriculados por cor e raça em instituições de ensino superior públicas e privadas – em milhões



FONTE: CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (2009-2019) // INEP-MEC





relativo da presença de negros, indígenas e alunos provenientes da escola pública no ensino superior, Senkevics cita o exemplo da UFSC que, no período de quatro anos da pesquisa, registrou um avanço de 120% na participação de pretos, pardos e indígenas provenientes de escola pública entre seu corpo discente. “Isso significa que se em 2012 esses alunos respondiam por 6,4% dos ingressantes na instituição, em 2016 passaram a ser 14,2% do total”, compara.

**O** outro exemplo envolve a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde a participação de pretos, pardos e indígenas provenientes da escola pública subiu de 8,7% para 15,6% no mesmo período. Em relação aos cursos mais transformados, Senkevics menciona o de direito na UFC – de 1% dos estudantes o grupo de pretos, pardos, indígenas e alunos de baixa renda oriundos de escola pública chegou a 27% em 2016. Partindo do zero, no curso de engenharia elétrica na UFSC, a variação chegou a 13,7%, enquanto medicina, na Universidade Federal de Rondônia (Unir), registrou um crescimento de 38%.

No estado de São Paulo, Senkevics cita a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a primeira universidade pública a adotar estratégias de ação afirmativa. Na instituição, alunos pretos, pardos e indígenas oriundos do ensino médio público passaram de 16,14% para 24,23%, no mesmo recorte temporal. Na graduação em medicina a presença desse grupo de alunos aumentou de 8,20% em 2012 para 19,35% em 2016. “Por outro lado, em

cursos mais populares, a lei de cotas não trouxe mudanças. Há casos, inclusive, que ocasionou a redução na participação desse perfil de estudante”, informa. “Hoje, os alunos parecem estar optando por disputar vagas em cursos mais seletivos.”

A física Sônia Guimarães foi a primeira professora mulher e negra a ingressar no Departamento Fundamental de Física do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1993. Durante seus primeiros anos de atuação, as alunas não passavam de quatro em classes com 120 estudantes. Agora, ela observa uma tendência de aumento da diversidade entre o alunato do instituto, que desde 2019 conta com política de cotas. “Em 2021, dos 160 novos alunos que entraram no ITA, há 17 mulheres, sendo que três delas têm o fenótipo de negras. Não sei se elas entraram pela política de cotas, mas é a primeira vez que vejo isso acontecer desde que trabalho na instituição”, assegura Guimarães, que desenvolveu um sensor de radiação infravermelho que acaba de ser patenteado.

Estudos realizados nos últimos anos indicam que a diferença de performance acadêmica entre cotistas e alunos que ingressaram em instituições de ensino superior pela ampla concorrência é pequena ou inexistente. Análise de 2020 de pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Assis, coletou dados de 2014 a 2017 de cerca de 30 mil alunos da instituição, incluindo cotistas e não cotistas, constatando que não há divergências significativas entre seus desempenhos acadêmicos.

No mesmo caminho, pesquisa realizada em 2017 pelo engenheiro eletrônico Jacques Wainer, da Unicamp, e pela economista Tatiana Melguizo, da Universidade do Sul da Califórnia, nos Estados Unidos, comparando a performance de cer-

ca de 1 milhão de alunos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) entre 2012 e 2014, revelou que o desempenho de formandos que ingressaram no ensino superior por meio de ações afirmativas equivale ou supera o de jovens que entraram em instituições de ensino superior pela ampla concorrência. “Os negros saíram da posição de objeto para se tornarem sujeitos de pesquisas, passando a produzir conhecimento estratégico para o Brasil”, observa Santos, da Oxfam, ao comentar sobre sua própria trajetória. Formado em economia, com mestrado e doutorado em finanças, nos últimos 15 anos ele tem atuado na área de responsabilidade social corporativa, assessorando empresas em assuntos envolvendo diversidade étnica e racial.

### PÓS-GRADUAÇÃO

Em 2017, um ano depois da edição, pelo Ministério da Educação (MEC), de portaria normativa determinando que instituições federais de ensino superior apresentassem propostas de medidas para inclusão de pretos, pardos, indígenas e estudantes com deficiência em programas de pós-graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) começou oficialmente a coletar dados sobre raça e etnia nessa etapa do ensino (ver gráfico na página 40). Pesquisas recentes apontam, no entanto, crescimento no número de programas de pós-graduação com tais políticas antes mesmo dessa data.

Em estudo iniciado durante doutorado defendido na Uerj em 2019 e que prossegue em estágio de pós-doutorado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), a cientista política Anna Carolina Venturini analisou editais de seleção de 2,7 mil programas acadêmicos de pós-

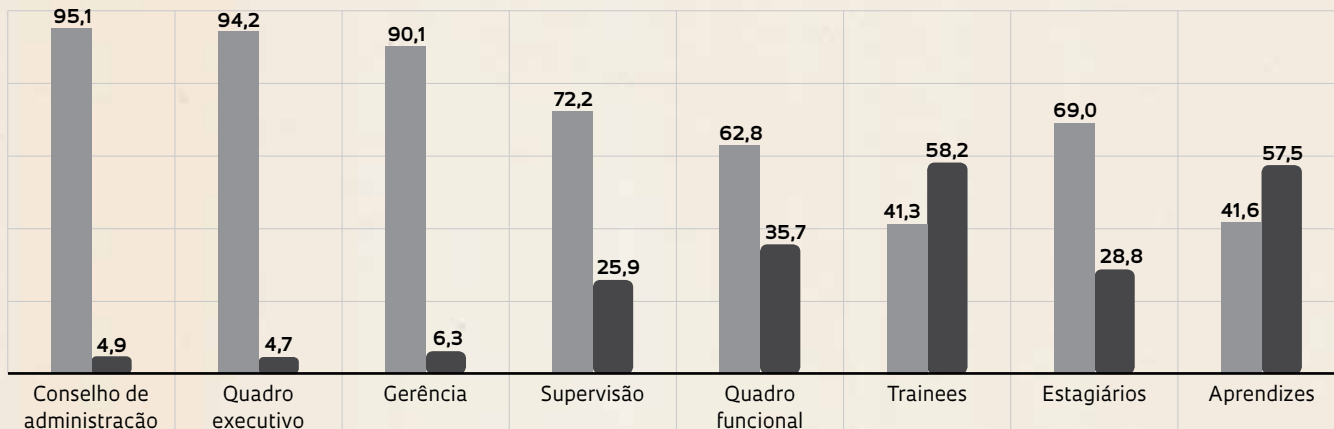
-graduação em universidades públicas, divulgados entre 2002 e 2018. “A partir de 2014, houve uma difusão significativa de políticas de cotas. Hoje, 1.090 programas de pós-graduação, ou 39,4% do total, contam com algum tipo de ação afirmativa”, contabiliza, esclarecendo que tais iniciativas podem ser dos próprios programas, criadas por determinação de resolução da universidade ou em decorrência de legislação estadual. De acordo com Venturini, a área de ciências humanas e sociais possui o maior número de programas com ações afirmativas, atualmente. Já em outras áreas, como engenharia, o processo é mais lento. “Até 2018, não identifiquei nenhum curso acadêmico de pós-graduação em engenharia que tenha criado ações afirmativas por iniciativa própria, apenas em decorrência de resoluções ou lei”, assinala.

Ao investigar como tal política foi adotada por programas de pós-graduação, o sociólogo Joaze Bernardino-Costa, da UnB, constatou que 33 das 69 universidades federais do Brasil têm ações afirmativas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em cumprimento a resoluções de conselhos superiores. “Isso significa que as políticas valem para todos os cursos de pós-graduação e não são decididas individualmente pelos programas”, esclarece. Para Bernardino-Costa, isso evidencia que as universidades estão investindo em currículos que buscam combater o racismo, tendência observada, especialmente, em cursos de ciências humanas e sociais e que foi abordada no livro *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* (Autêntica, 2019). Embora ainda não sejam muitos os projetos e áreas do conhecimento voltados a questões étnicas e raciais, há um movimento ascendente de busca por diversificação no escopo de pesquisa das universidades do país. “Histo-

## MERCADO DE TRABALHO

Composição por cor ou raça nas 500 maiores empresas do Brasil – em %

■ Brancos ■ Negros



FONTES: PERFIL SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO DAS 500 MAIORES EMPRESAS DO BRASIL E SUAS AÇÕES AFIRMATIVAS / INSTITUTO ETHOS E BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (2016)

ricamente, a bibliografia das ciências humanas e sociais tem se baseado em autores brancos europeus e norte-americanos. A entrada de alunos com perfil diversificado na pós-graduação mobiliza a incorporação de referenciais teóricos que partem de outras experiências sócio-históricas”, afirma. O sociólogo lembra ainda que nos últimos anos o mercado editorial de autores negros vem se expandindo, com a tradução de obras teóricas feministas como bell hooks e a socióloga Patricia Hill Collins, além da reedição ou relançamento de livros de autores brasileiros como o poeta, escritor e dramaturgo brasileiro Abdias do Nascimento (1914-2011).

**C**om reflexão similar, o sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), considera a diversidade estratégica para produção do conhecimento científico. Ao participar de todos os processos seletivos para o programa de pós-graduação em que leciona no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp desde 2015, ele observa que pesquisadores de diferentes áreas começaram a propor projetos envolvendo aspectos da experiência negra, incluindo antropologia, ciência política, filosofia, história, demografia e sociologia. “A adoção de ações afirmativas no ambiente acadêmico passou a pautar o debate público de forma ampla, de maneira que hoje até mesmo o setor privado discute a adoção de políticas de cotas”, comenta Silva.

#### ATUAÇÃO PROFISSIONAL

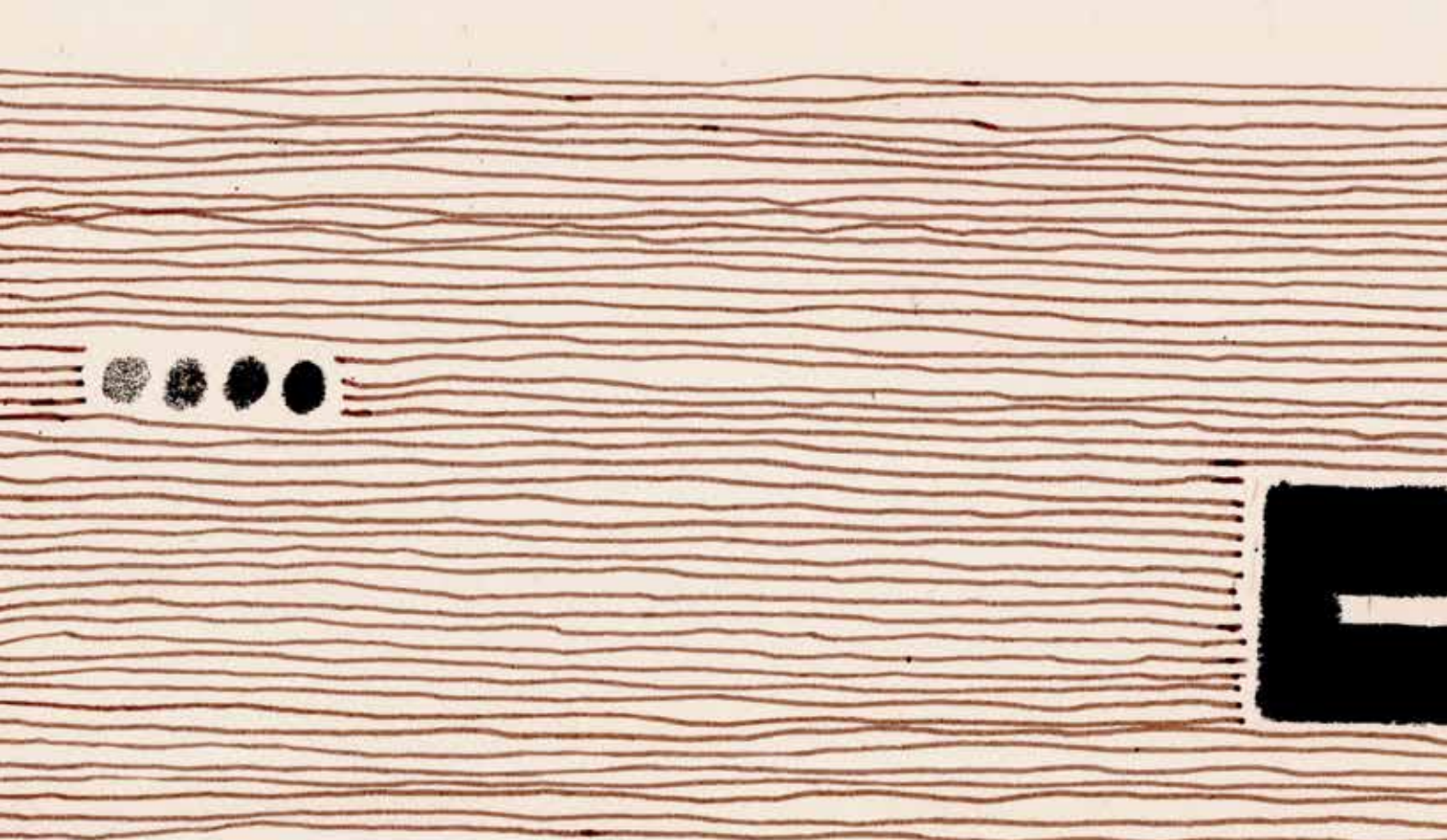
A ampliação da diversidade entre estudantes do ensino superior não causou reflexos significativos nas burocracias federal e estaduais, tampouco no mercado de trabalho envolvendo a iniciativa privada. Em 2014 a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para pessoas negras foi estabelecida pela Lei nº 12.990. Desde então, legislação semelhante tem sido adotada em todos os níveis federativos. Ao avaliar aspectos da distribuição racial dos postos de trabalho no serviço público, nota técnica publicada em 2021 por Tatiana Dias Silva, formada em administração e analista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que negros estão proporcionalmente mais presentes em cargos municipais, em que são mais frequentes atividades de implementação de políticas públicas e nos quais os salários são menores. Em relação à docência universitária, de acordo com o Censo da Educação Superior, em 2014 eram 60.194 os professores negros, ou 15,2% do total. Em 2018, 65.249, 16,4% do total.

A desigualdade observada no funcionalismo público encontra paralelo nas vagas ofertadas pela iniciativa privada. Segundo relatório de 2019 do IBGE, com dados referentes a 2016, entre os 10% mais pobres da população brasileira, 78,5% são negros e 20,8%, brancos. A situação se inverte entre os 10% mais ricos: 72,9% são brancos e 24,8%, negros. Segundo o documento, no país, 68,6% dos cargos gerenciais são ocupados por brancos — 29,9% por pretos e pardos. Com resultado similar, pesquisa realizada em 2016 pelo Instituto Ethos, envolvendo as 500 maiores empresas do Brasil, revelou que em cargos executivos de alto escalão 95% dos profissionais eram brancos. Os negros somavam 5% (ver gráfico na página 36).

A socióloga Bárbara Castro, da Unicamp, elaborou estudo em parceria com a também socióloga Helena Hirata, do Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris, na França, que mostra que entre 2003 e 2015 as desigualdades de rendimento por sexo, raça e cor foram reduzidas no país. Conforme a pesquisa, concluída em 2019, o rendimento médio da população negra avançou 52,6% no período, em comparação com 25% da população branca. A maior variação foi identificada entre mulheres negras, que registraram rendimentos 58,5% mais altos, no mesmo recorte temporal. “No entanto, essa redução de desigualdades no mercado de trabalho não foi impulsionada pela maior escolarização da população negra, mas principalmente por causa da política de valorização do salário mínimo, nas últimas décadas”, sustenta Castro. De acordo com ela, outro elemento que impactou o nível de renda da população negra foi o processo de formalização da profissão de trabalhadora doméstica e de áreas da construção civil.

Apoiadas nos resultados de estudo publicado em 2019 por economistas das universidades Stanford e de Chicago, nos Estados Unidos, que indicam que a inclusão de negros e mulheres em cargos de alta qualificação respondeu por cerca de 20% a 40% do aumento do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano entre 1960 e 2010, empresas do setor privado lançaram, em julho, o Pacto de Promoção da Equidade Racial. A iniciativa propõe a adoção de um protocolo ESG (sigla em inglês para melhores práticas ambientais, sociais e de governança) racial, ou seja, medidas de governança que permitam ampliar a diversidade racial. Elaborado por economistas como parte da estratégia, o Índice ESG de Equidade Racial (Ieer) mede o desequilíbrio racial das companhias, considerando o quadro de colaboradores por ocupação, os salários médios das funções e a distribuição racial na região em que elas operam. A partir desse diagnóstico, a ideia é incentivar empresas brasileiras a criarem ações afirmativas e realizarem investimentos sociais para ampliar a equidade racial. ■





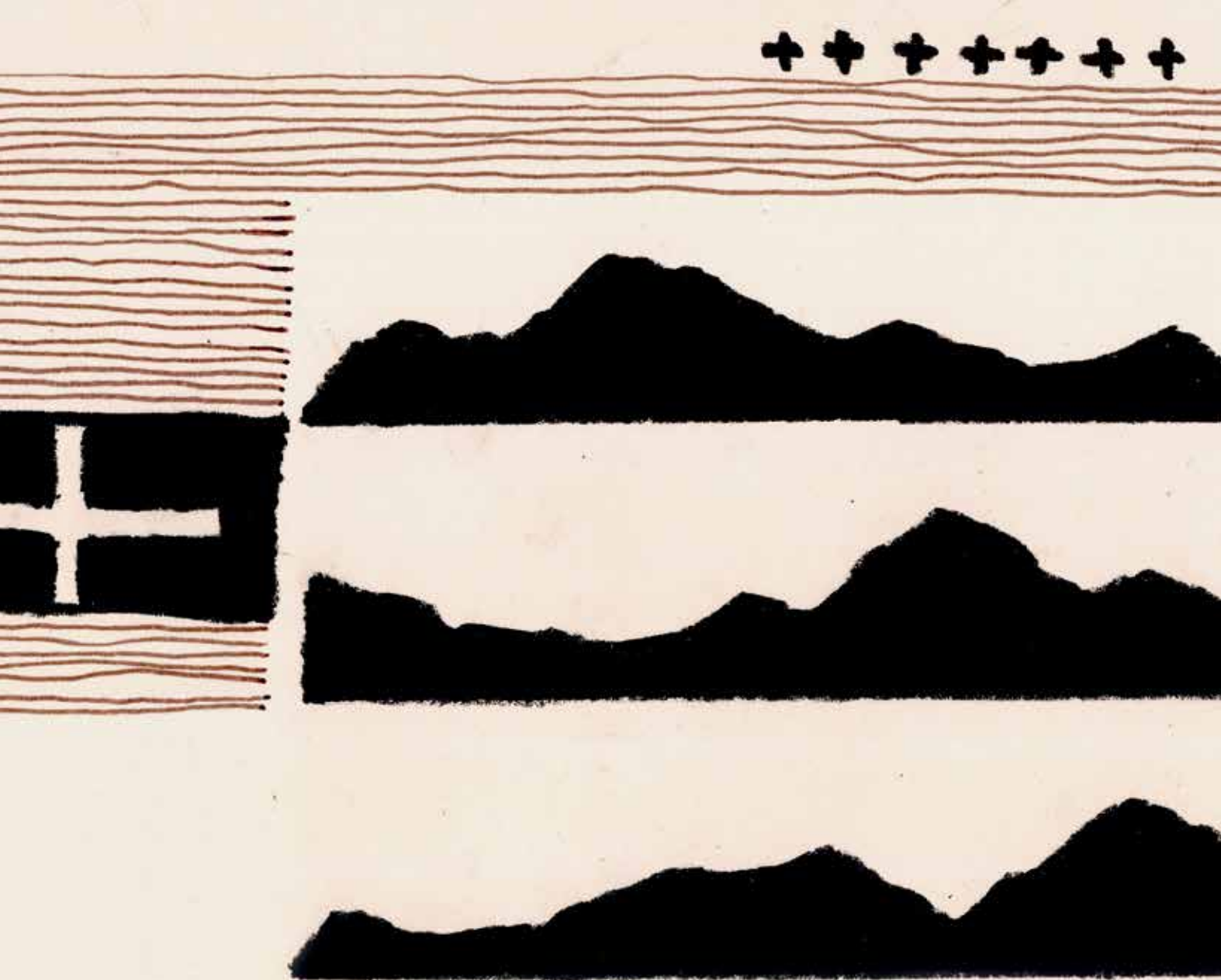
# IMPACTO NA CIÊNCIA

Inclusão de estudantes pretos e pardos no ensino superior reverbera na produção do conhecimento

**E**m sintonia com o aumento da presença de negros no ensino superior, diferentes áreas do conhecimento começam a considerar aspectos étnicos e raciais nas atividades de ensino e pesquisa. Enquanto em cursos da área de saúde um dos esforços tem sido estruturar disciplinas que levem em consideração doenças que acometem com mais intensidade pessoas negras, assunto que historicamente foi relegado a segundo plano, nas ciências humanas e sociais ganha impulso a revisão de conceitos estabelecidos a partir de referenciais teóricos exclusivamente europeus ou norte-americanos.

Uma das instituições mais impactadas pela adoção da política de cotas, conforme pesquisa realizada por Adriano Souza Senkevics, do Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a UFRGS passou a oferecer, em agosto deste ano, no curso de medicina, uma disciplina voltada a questões étnico-raciais. Coordenadora das aulas, a bioquímica Maria Luiza Saraiva Pereira explica que a iniciativa deriva, em parte, de portaria do Ministério da Educação (MEC) editada em 2014, que indica que os currículos dos cursos de medicina devem incorporar visões éticas e humanistas da profissão. “Por outro lado, a disciplina busca atender demandas que surgiram com o ingresso de estudantes cotistas. Nela, abordamos tópicos que não são tratados no currículo tradicional da carreira, como doenças mais frequentes entre negros e indígenas, aspectos de suas culturas e da política nacional de saúde que afetam mais diretamente as suas vidas”, detalha. Ao lembrar de sua condição de pesquisadora negra em um estado em que a maioria da popula-



ção é branca, Pereira destaca a importância de se levar debates sobre diversidade étnico-racial para dentro da sala de aula.

Em projeto de pesquisa, o antropólogo Rosenilton Silva de Oliveira, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), analisou os currículos de cerca de 390 cursos de pedagogia de instituições públicas do país, constatando que entre 1998 e 2018, embora a maioria não ofereça uma disciplina obrigatória, boa parte deles incluiu a temática étnico-racial em seus programas. “Também identificamos que foram criados 552 grupos de pesquisa sobre diversidade, sendo 315 deles na área de educação. Em 2003, a Lei Federal nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras nos currículos da educação básica, mobilizando a articulação de docentes, pesquisadores e agentes do movimento

negro para discutir como colocar em prática essa determinação”, conta.

Segundo Oliveira, como tendência geral, atualmente no Brasil as ciências sociais e a educação têm desenvolvido reflexões que buscam transformar a maneira como o conhecimento é ofertado nas escolas, tendo como base matrizes africanas e indígenas. Um exemplo são as novas metodologias adotadas no ensino de línguas, como o inglês ou o francês, que passaram a incorporar como matriz linguística versões de idiomas falados em países africanos.

Na mesma direção, o sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, da FFLCH-USP, tem proposto reflexões críticas sobre o conceito de modernidade. “Historicamente, a noção de processo civilizatório envolve o distanciamento de tudo o que não é europeu nem ocidental. No Brasil, caracterizou-se por esforços para ‘civilizar’ in-



dígenas e negros, por meio da disseminação da cultura europeia”, observa. Em livro recém-publicado, Guimarães evidencia o desenvolvimento de outro conceito de modernidade que, no Brasil, começou a ser forjado por intelectuais negros a partir da década de 1930. Para refletir sobre esse conceito, entre outras referências, Guimarães se apoia no trabalho do sociólogo britânico Paul Gilroy, que discute a noção de modernidade a partir da história do chamado Atlântico negro. “Procuro desenvolver as ideias de Gilroy, evidenciando a existência de várias modernidades ligadas a tradições linguísticas e culturais das Américas. O conceito de modernidade negra envolve a ideia de descolonizar o país, buscando realçar a sua originalidade cultural”, propõe Guimarães.

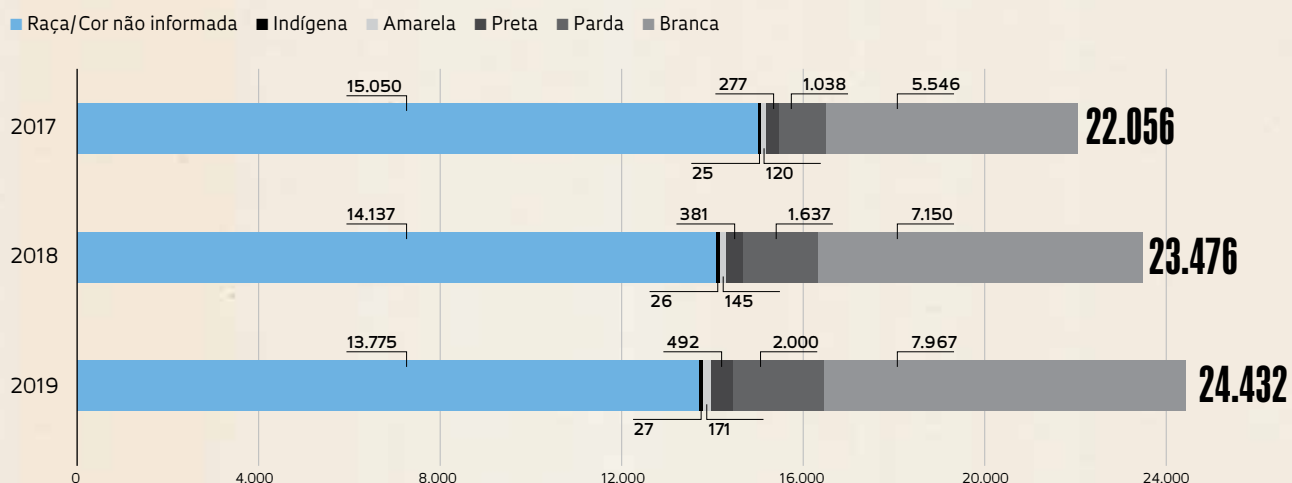
**A** socióloga Bárbara Castro, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), conta que, historicamente, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) acolhe estudos sobre relações raciais no Brasil, porém nos últimos anos, motivadas pela ampliação da diversidade entre o corpo discente, foram incorporadas pesquisas que não apenas trabalham com a questão da raça como um objeto em si, mas partem dela para propor análises de diferentes aspectos da sociedade moderna. “Um grupo de pós-graduandos, sob orientação do sociólogo Mário Augusto Medeiros da Silva, trabalhou com arquivos históricos para analisar as formas de associativismo negro no pós-abolição, passando a compreendê-las como espaços fundamentais para produção da cidadania no país”, relata.

Primeiro da família a ingressar no ensino superior, o astrofísico Alan Alves-Brito, da UFRGS, coordena o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (Neab), que congrega pesquisadores de áreas diversas, e estruturou uma disciplina para discutir questões de raça no campo da astrofísica. Entre os pontos abordados está o diálogo com saberes tradicionais de comunidades quilombolas e indígenas, a escassez de pessoas negras atuando na física e na astronomia e discussões sobre racismo científico. “Muitos estudantes negros provenientes de escolas públicas, como é o meu caso, não têm acesso à cultura digital. Eu sempre sonhei em ser astrofísico, mas considerava essa ideia uma possibilidade distante”, relata. De acordo com ele, a situação começou a mudar quando a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), cidade em que nasceu, passou a ofertar uma licenciatura em física, curso no qual se graduou. “Sou um dos únicos professores negros da UFRGS e, mesmo enfrentando desafios, isso me abriu possibilidades para criar pesquisas e disciplinas novas. Hoje, sou convidado para dar palestras sobre minhas pesquisas em astrofísica e diversidade na ciência em todo o mundo”, conta. Alves-Brito lembra, por outro lado, que não é possível realizar pesquisa em astrofísica sem análise estatística e computação. “A educação escolar contemporânea, que se baseia na quarta revolução industrial, só acontece em escolas privadas”, considera. “Setenta e três por cento dos trabalhadores do setor de tecnologia da informação são brancos”, informa, ao mencionar levantamento feito pela organização Potências Negras Tec.

Atento a esse desequilíbrio, Tarcízio Silva, que faz doutorado em ciências humanas e sociais na Universidade Federal do ABC (UFABC), procura

## DOCTORES TITULADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS E PRIVADAS

No Brasil, dados sobre raça e cor começaram a ser coletados pela Capes em 2017



FONTE: CAPES

## MESTRES E DOUTORES

Titulados em instituições de ensino superior públicas e privadas em 2020 conforme autodeclaração de raça e cor



FONTE: CAPES – COLETA DE DADOS / PLATAFORMA SUCUPIRA. DADOS ENVIADOS PELOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU REFERENTES AO ANO-BASE 2020

compreender em que medida a tecnologia é moldada pela hierarquia racial. No esforço, apoia-se em pesquisa das cientistas da computação norte-americanas Joy Buolamwini e Timnit Gebru, que mostra como sistemas de identificação de características de gênero e idade enganam-se com mais frequência no caso de pessoas negras e, em especial, de mulheres negras. “Sistemas baseados em inteligência artificial têm sido adotados mesmo com taxas enormes de erros”, critica Silva.

Resultado de tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e de pesquisa de pós-doutorado feita na PUC de Campinas, a psicóloga Simone Gibran Nogueira publicou em 2019, com apoio da FAPESP, o livro *Libertação, descolonização e africanização da psicologia: Breve introdução à psicologia africana* (Edufscar). “Sou branca, líbano-brasileira, e sempre me interessei por questões da cultura afro-brasileira. Minha motivação para estudar o assunto surgiu da constatação de que todas as referências bibliográficas da graduação em psicologia costumam ser de autores brancos, europeus ou norte-americanos”, relata. Nogueira cita pesquisa de 2012 do Conselho Federal de Psicologia que mostrou que 89% dos psicólogos em atuação naquele ano eram mulheres – 67% brancas e de classe média. Por outro lado, na mesma época, 70% das psicólogas brasileiras atuavam no serviço público de assistência social, educação e saúde, que tem como público majoritário pessoas negras.

“No Brasil, dentre as ciências humanas, a psicologia foi uma das últimas disciplinas a olhar para as populações de ascendência negra e indígena, algo que aconteceu mais sistematicamente somente no século XXI.” Partindo dessa realidade, Nogueira começou a estudar a psicologia de raiz africana, que surgiu como ciência acadêmica nos

Estados Unidos há cerca de 50 anos. “Nesse campo de conhecimento, a Grécia não é considerada o berço do pensamento filosófico, mas sim o Egito Antigo e a África negra. Ao mobilizar esse conhecimento, desenvolvemos novas abordagens para tratar questões psicológicas”, compara.

Também em tese de doutorado, o engenheiro Elton Bernardo Bandeira de Melo, analista de planejamento e orçamento do Ministério da Economia, apontou a necessidade de inserção de negros e, principalmente negras, na área de planejamento, orçamento e finanças do governo federal, predominantemente ocupada por homens brancos. “Há uma sobrevalorização da dimensão fiscal sobre a social nas práticas orçamentárias do governo. Os instrumentos e as metodologias de planejamento não são orientados para enfrentar a questão racial”, pontua. Parte dos resultados da tese foi publicada como capítulo em livro organizado por Elaine de Melo Xavier, mestre em política social e analista de planejamento e orçamento do Ministério da Economia. “Ao incorporar perspectivas raciais e de gênero, especialmente a partir da década de 1990, estudos sobre planejamento, orçamento e finanças públicas evidenciam como as decisões econômicas têm reforçado essas desigualdades no país”, afirma. “Mulheres negras constituem o grupo social que, proporcionalmente, mais contribui em termos de arrecadação, mas ao mesmo tempo tem dificuldades em ver suas demandas por serviços públicos atendidas pelo orçamento.” Segundo Xavier, essas descobertas só foram possíveis porque a partir da década de 1990 pesquisadores da área de planejamento orçamentário passaram a incorporar questões étnicas, raciais e de gênero.

Para Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e professor da FFLCH-USP, ignorar a diversidade impacta negativamente o desenvolvimento do país. Ele considera que 70% da população brasileira não tem acesso a condições adequadas de moradia, educação, transporte e saúde. “Em situações precárias de subsistência, dificilmente talentos são revelados”, pondera, citando estudo realizado pela Agência da USP de Gestão da Informação Acadêmica, feito a partir de base internacional de dados. De acordo com a pesquisa, o Brasil ocupa o 11º lugar no ranking de países com mais publicações científicas sobre a Covid-19, em todo o mundo. “Alcançamos essa posição com apenas 30% da população vivendo em condições adequadas para revelar e desenvolver talentos. Se tivéssemos 100% das pessoas nessas circunstâncias, certamente nossa produção acadêmica estaria mais avançada”, defende Janine Ribeiro. ■ **Christina Queiroz**

Os projetos, artigos científicos e livros consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.